

(cópia)

Rio de Janeiro, 8 de março de 1967

Nº 459

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

De: Dr. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos CROSE

Sr. Diretor,

Estando afinal delineado o programa dos CROSE, segundo os objetivos que o inspiraram, venho submetê-lo à apreciação de V.Excia., juntamente com alguns dados e perspectivas que me parecem essenciais ao êxito deste empreendimento.

I. Os CROSE (Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas de Ensino) se prendem a duas consequências extremamente importantes da Lei de Diretrizes e Bases: a descentralização da política educacional, de que resultou a criação de vinte e dois sistemas estaduais de educação, em lugar do antigo sistema único, comandado artificialmente pelo MEC; e a novo caráter imposto às atividades deste.

II. Contudo, a salutar autonomização dos sistemas estaduais, que lhes permite o esforço criador autêntico, em vez da simples e mecânica repetição dos clichês recebidos do MEC, não pode efetivar-se sem a colaboração técnica que incumbe a este oferecer aos Estados. Faltam aos sistemas estaduais quadros técnicos na quantidade e com a aptidão suficiente para assumirem responsabilidades que nunca antes tiveram. Situação análoga, por exemplo, à dos jovens países africanos, em busca desesperada de quadros para a direção eficiente de suas atividades. A nosso favor, em tal confronto, vale ressaltar que os vinte e dois sistemas convivem dentro da unidade nacional, sendo perfeitamente possível uma política baseada neste postulado: mobilizar os melhores, estejam onde estiverem, para juntos, em equipe e

sob forma sistemática, oferecerem assistência aos Estados menos desenvolvidos, ou aos setores ainda emperrados da educação - em qualquer Estado, ou mesmo no sistema federal.

III. Essa é, de resto, a nova função dos vários departamentos e serviços do MEC. Procurando situar-se adequadamente na nova sistemática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, o INEP, por iniciativa do Prof. Carlos Pasquale, seu Diretor na época, e ao cabo de estudos que tiveram a colaboração de vários educadores qualificados, entendeu que a mais apropriada forma de exprimir-se eficazmente a atuação do INEP, segundo o espírito da Lei, seria a cooperação técnica nos moldes afinal consubstanciados nos CROSE.

IV. Que representam êsses Colóquios ? quais os seus objetivos ? como estão organizados ? quais as suas implicações e efeitos ?

A. O que representam

Os CROSE significam a presença de uma equipe de educadores e especialistas de alto nível, junto a cada Estado, realizando aquilo que se vem pretendendo inútilmente fazer através de ofícios, relatórios e outros expedientes burocráticos; ou com reduzida eficiência, através de congressos e reuniões mais ou menos formais. Essas equipes vão realizar, por assim dizer, um trabalho artesanal, tomando problemas e soluções, não por palavras mas operativamente: na sua origem, na sua significação, e sobretudo, na maneira de fazer as coisas. Não se fará, por exemplo, uma conferência sobre estatística educacional; far-se-á a própria estatística com a participação dos elementos locais. A teoria comparecerá nesses encontros no seu justo papel, de assegurar princípios e critérios que servirão de apoio permanente à prática, evitando que esta se esgote no simples treinamento.

Os Colóquios também representam a possibilidade de recolher diretamente em cada Estado informação válida sobre o respectivo sistema educacional global e sobre os seus aspectos mais significativos. Nunca no Brasil foi utilizado um instrumento dêsse porte na coleta de dados indispensáveis à orientação do MEC: para que não continue, êste, a agir abstratamente e, sim, a partir da experiência real em desenvolvimento em cada Estado.

B. O que pretendem

O objetivo fundamental dos CROSE é tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de educação. Depois de seis anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, que os instituiu, é muito tênue a sua realidade; basta atentar para a extrema debilidade dos Conselhos Estaduais de Edu

cação; em alguns Estados praticamente inexistentes; e onde o Conselho Estadual não constitui um dos eixos do sistema, é sinal de que, aí, não funciona a Lei de Diretrizes e Bases. Com efeito, cabe aos Conselhos a elaboração dos planos de educação nos Estados: onde vem sendo cumprido tão importante mandamento legal ?

Para assegurar a real implantação dos sistemas estaduais, impõe-se que as idéias, fórmulas e soluções recebidas passivamente por cada Estado, seja do MEC, seja de outros Estados - por simples mimetismo - sejam perfeitamente conscientizados: só a partir dessa conscientização eles poderão saber se o que foi importado lhes convém, e, em caso afirmativo, como incorporá-lo à sua viva tessitura. Exemplo atual: os ginásios voltados para o trabalho; a solução é preconizada pelo MEC, que oferece amplos recursos financeiros para sua implantação; alguns Estados, contudo, usam a denominação nova sem nada alterar da velha substância do ensino médio; vale a pena? Cabe então a assistência técnica, não por meio de ofícios e relatórios, mas por aquele processo "artesanal" que constroi a idéia em cada lugar com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.

C. A organização

1. Histórico

Tendo em vista a necessidade de especialistas altamente categorizados, planejou o INEP a contratação de educadores brasileiros e a vinda de três peritos da UNESCO que são os professores Michel Debrun, Pierre Furter e Jacques Torfs. Os primeiros já se encontram no Brasil há mais de um ano; por dificuldades de ordem administrativa, só puderam entrar em ação nos trabalhos dos CROSE acerca de quatro meses, quando se constituiu a Comissão mista que tenho a honra de coordenar. Entretanto, mesmo antes das atividades dos CROSE, os peritos estrangeiros colaboraram com vários setores de atividades educacionais, ligados ao próprio MEC, ao Ministério do Planejamento e às Secretarias de Educação de alguns Estados.

De acôrdo com o primeiro plano de trabalho, elaborado pela referida Comissão, os CROSE seriam regionais, podendo, assim, o conjunto deles transcorrer dentro de período de tempo mais curto. Chegamos, todavia, à conclusão, ao termo dos contatos que mantivemos, os membros da Comissão, com todos os Estados, com vistas à realização dos Colóquios, que o esquema estabelecido não seria o mais adequado aos objetivos que se pretendia alcançar. Impunha-se a realização de um Colóquio em cada Estado, permitindo a análise dos seus problemas sob a perspectiva das condições locais, e o contato com um grande número de administradores e técnicos que não seria

possível deslocar para os centros regionais, previstos na hipótese anterior.

O novo esquema, da estadualização dos CROSE, sobre ser mais eficiente, é mais econômico, já que suprime as despesas com as representações estaduais, fora das respectivas sedes.

2. Estrutura e métodos de trabalho

O programa em cada Estado terá a duração de 8 dias, e se desenvolverá, a largos traços, da seguinte forma:

a) Os dois primeiros dias serão dedicados ao levantamento da situação educacional do Estado. Depois de uma reunião conjunta com os administradores e técnicos mais qualificados e, depois, com o Conselho Estadual de Educação, os membros da equipe se dispersarão pelos diversos setores e serviços, segundo a especialidade de cada um, entretendo com os respectivos dirigentes e funcionários entrevistas que lhes permitam a análise, a crítica e as sugestões cabíveis, com a participação solidária dos dois lados. Com base nos dados colhidos, a Comissão fixará os temas prioritários, e as perspectivas com que devam ser abordados, na segunda parte do encontro.

b) Depois da sondagem acima referida, flexível, informal, deliberadamente despojada de parti-pris, virá a etapa mais sistemática, na qual confrontar-se-ão os dados oferecidos pela situação e as idéias propostas pela equipe ou por elementos locais: idéias inspiradas na própria realidade factual do Estado, a qual terá sido estudada pela equipe não só no período de abordagem, como na documentação selecionada para tal fim. Essa etapa desdobrar-se-á da seguinte forma: dois dias consagrados ao ensino primário e normal; um dia, ao ensino médio, nas suas várias modalidades; um dia, ao plano de educação do Estado, incluído no plano global do desenvolvimento deste, devendo participar dos estudos, os órgãos vinculados a tal setor; e o último dia, à organização da Secretaria e do Conselho Estadual de Educação, a qual deverá emergir de todas as etapas precedentes, uma vez que a constituição do órgão deve ajustar-se às funções que deve abrigar.

D. Implicações e efeitos

Não será apreendido o verdadeiro sentido dos CROSE sem a perspectiva de seus desdobramentos no futuro; por outras palavras: os oito dias dos CROSE não se destinam a resolver, mas a revolver; representam, antes de tudo, o desencadear de um processo que vai reclamar continuidade.

A eficiência dos Colóquios poderá ser imediata ou mediata, de acordo com a natureza de cada problema: para alguns a solução pode resultar

do próprio encontro; para outros, não se poderá ir além de indicações, a modo de roteiros, entregues à boa vontade e ao dinamismo das administrações.

Sendo inevitável a projeção no futuro dos problemas suscitados nos CROSE e das soluções que eles apenas iniciam, terá o MEC de escolher o adequado instrumento de sustentação desses esforços, ou seja, a institucionalização de uma verdadeira política de assistência técnica aos sistemas es taduais de educação. De resto, falam todos, a começar pelo próprio MEC, da assistência que a este compete oferecer aos Estados; admite-se, às vê zes ingênuamente, a existência de um estoque de técnicos à espera de serem utilizados para essa tarefa. Pura ilusão. As menções constantemente feitas à assistência técnica carecem de objetividade, simplesmente porque não existem os técnicos; ou melhor, são poucos os que existem e, estes mesmos, pertencem a categorias arcaicas, como é o caso dos técnicos de educação e dos inspetores de ensino. Por isso mesmo, a conclusão deste relatório é uma observação de senso comum: a necessidade de se instituírem: a) um novo sistema de cooperação técnica com os Estados, e b) novas categorias de especialistas em educação, moldados nas exigências da atualidade educacional brasileira. O desfecho dos CROSE, entre várias alternativas, poderá ser - e esta é a minha sugestão final - a criação, no INEP, de uma escola de formação de especialistas de educação destinados, além de outros objetivos, às tarefas que competem ao MEC na perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases : pesquisa educacional e assistência técnica. O Ministério na versão nova deve representar a melhor inteligência dos problemas educacionais brasileiros, traduzida pela melhor técnica de resolvê-los.

Ao encerrar este relatório, desejo acentuar a lucidez, presteza e objetividade com que V.Excia., na qualidade de Diretor do INEP, vem apoiando o trabalho da Comissão que tenho a honra de coordenar.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

I. Os CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino) se prendem a duas consequências extremamente importantes da Lei de Diretrizes e Bases: a a descentralização da política educacional, de que resultou a criação de vinte e dois sistemas estaduais de educação, em lugar do antigo sistema único, comandado artificialmente pelo MEC; e a nôvo caráter imposto às atividades dêste.

II. Contudo, a salutar autonomização dos sistemas estaduais, que lhes permite o esforço criador autêntico, em vez da simples e mecânica repetição dos clichês recebidos do MEC, não pode efetivar-se sem a colaboração técnica que a êste incumbe oferecer. Faltam aos sistemas estaduais quadros técnicos na quantidade e, às vêzes, com a aptidão suficiente para assumirem responsabilidades que jamais tiveram. Todavia, os vinte e dois sistemas convivem dentro da unidade nacional, sendo perfeitamente possível uma política que mobilize os melhores, estejam onde estiverem, para juntos, de forma sistemática, oferecerem assistência aos Estados, ou aos setores ainda emperrados da educação — em qualquer Estado, ou mesmo no sistema federal.

III. Essa é, de resto, a nova função dos vários departamentos e serviços do MEC. Procurando situar-se adequadamente na sistemática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, entendeu o INEP, ao cabo de estudos que tiveram a colaboração de vários educadores qualificados, que a mais apropriada forma de exprimir-se eficazmente a sua atuação, segundo o espírito da Lei, seria a cooperação técnica nos moldes afinal consubstanciados nos CEOSE.

IV. Que representam êsses Colóquios? quais os seus objetivos? como estão organizados? quais as suas implicações e efeitos?

A. O que representam

Os CEOSE significam a presença de uma equipe de educadores e especialistas de alto nível, junto a cada Estado, realizando aquilo que se vem pretendendo inútilmente fazer através de ofícios, relatórios e outros expedientes burocráticos; ou com reduzida eficiência, através de congressos e reuniões mais ou menos formais. Essas equipes vão realizar, por assim dizer, um trabalho artesanal, tomando problemas e soluções, não por palavras, mas operativamente: na sua origem, na sua significação, e sobretudo, na maneira de fazer as coisas. A teoria comparecerá nesses encontros dentro do seu justo papel, de assegurar princípios e critérios que servirão de apoio permanente à prática, evitando que esta se esgote no simples treinamento.

Os Colóquios também representam a possibilidade de recolher diretamente em cada Estado informação válida sôbre o respectivo sistema educacional global e sôbre os seus aspectos mais significativos. Tem faltado em nosso país um instrumento dessa natureza na coleta de dados indispensáveis à orientação do MEC: para que êste possa agir, não abstratamente, e sim, a partir da experiência real em desenvolvimento em cada Estado.

Cumpra esclarecer que a idéia, a organização da equipe e o estilo de assistência técnica consubstanciado em nosso programa se baseiam no pressuposto de que as pessoas competentes estão, em grande parte, dispersas pelos próprios Estados, e que, em vez de propor diretrizes e idéias de uma possível instância central, cabe-nos recolher a experiência dessas pessoas e articular, ordenadamente, a sua contribuição em proveito de todo o país.

B. O que pretendem

O objetivo fundamental do nosso programa consiste em tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de educação. Depois de seis anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, que os instituiu, ainda é muito tênue a sua realidade; basta atentar para a extrema debilidade dos Conselhos de Educação em alguns Estados; e onde o Conselho Estadual não constitui um dos eixos do sistema, é impossível que funcione a Lei de Diretrizes e Bases. Com efeito, cabe aos Conselhos, entre outras prerrogativas e encargos, a elaboração dos planos de educação nos Estados: onde vem sendo cumprido tão importante mandamento legal?

Para assegurar a real implantação dos sistemas estaduais, impõe-se que as idéias, fórmulas e soluções recebidas em cada Estado, tanto do MEC quanto de outros Estados — às vezes por simples mimetismo — sejam perfeitamente conscientizados: só a partir dessa conscientização eles poderão saber se o que foi importado lhes convém, e, em caso afirmativo, como incorporá-lo à sua viva tessitura. A verdadeira assistência técnica, portanto, não é a que se realiza por meios burocráticos, mas por aquele processo "artesanal" que permita a elaboração e execução da idéia em cada lugar, com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.

Não é necessário ponderar que tal assistência estará condicionada em cada Estado às suas necessidades, ao grau e condições de seu desenvolvimento, e às intencões de sua Administração. Poderá acontecer que, nos lugares onde a experiência educacional tiver alcançado um nível mais alto de maturidade, a presença da equipe represente sobretudo a oportunidade de um confronto de pontos de vista, e de uma troca de experiências. Tal fato não retiraria à cooperação técnica o seu valor, dado o sentido particularmente fertilizador dêsse cotejo.

C. A organização da equipe

Tendo em vista a necessidade de especialistas altamente categorizados, planejou o INEP a constituição de uma equipe, com educadores brasileiros e peritos da UNESCO, sob a coordenação do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes. Os peritos da UNESCO são os professores Michel Debrun, Jacques Torfs e Pierre Furter; quanto aos especialistas brasileiros, está previsto um sistema flexível de convocação que permita seu revezamento, já que o grande número de Colóquios e o longo período de tempo em que se vão desdobrar, torna impraticável a presença permanente das mesmas pessoas na equipe. A relação dêles será comunicada ao Estado interessado antes de cada Colóquio.

D. Métodos de trabalho

O programa em cada Estado terá a duração média de 8 dias e desenvolver-se-á tendo em vista:

a) o diagnóstico da situação com a indicação de medidas administrativas e técnicas que possam conduzir à implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da respectiva Secretaria de Educação; b) a discussão de idéias que devam lastrear a sua política de educação; c) o planejamento educacional.

E. Implicações e efeitos

Não será apreendido o verdadeiro sentido dos CEOSE sem a perspectiva de seus desdobramentos no futuro; por outras palavras: os oito dias dos CEOSE não se destinam a resolver, mas a revolver; representam, antes de tudo, o desencadear de um processo que vai reclamar continuidade.

A eficiência dos Colóquios poderá ser imediata ou mediata, de acordo com a natureza de cada problema: para alguns a solução pode resultar do próprio encontro; para outros, não se poderá ir além de indicações, a modo de roteiros, entregues à boa vontade e ao dinamismo das administrações.

Sendo inevitável a projeção no futuro dos problemas suscitados nos CEOSE e das soluções que êles apenas iniciam, procurará o MEC escolher o adequado instrumento de sustentação desses esforços, ou seja, a institucionalização de uma verdadeira política de assistência técnica aos sistemas estaduais de educação.